

XXIX CONGRESSO ALAS
CRISE E EMERGÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
SANTIAGO DO CHILE 2013
29 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO

A luta contra a “carestia da vida” dos anos 1950-1960 como uma luta sindical desenvolvimentista

Avanço de investigação em curso:

GT33: Sociologia do Desenvolvimento.

Tomás Coelho Garcia (Doutorando IESP-UERJ)

Resumo

Como primeiro resultado de uma pesquisa de doutorado em andamento, intitulada *Os trabalhadores e a ideologia desenvolvimentista*, sob a orientação de Adalberto Cardoso (IESP-UERJ), o presente trabalho utiliza-se de um expediente histórico ao investigar o sindicalismo brasileiro na fase democrática que precedeu o golpe militar (anos 1945-64). À semelhança das últimas décadas, no período de análise o movimento sindical também teve sua pauta sindical permeada pelo temário desenvolvimentista. O trabalho está focado em uma luta específica, a saber, a luta contra a “carestia da vida”. O termo carestia foi como os trabalhadores referiam-se ao aumento de itens que compunham sua cesta de consumo. É preciso levar em conta que o crescimento econômico dos anos 1950 foi acompanhado de uma forte inflação, que assumiu características de uma “espiral” na crise dos anos 1960. Esta luta obteve tradicionalmente maior presença no registro historiográfico do que sociológico. Assim, este trabalho entra em consonância com as pesquisas de história social do trabalho. No entanto, para a presente pesquisa, o mais interessante foi a identificação de uma construção ideológica-discursiva que, ao tratar do problema da inflação e a conseqüente deterioração dos salários, estabelecia relações com problemas gerais do desenvolvimento econômico nacional – especificamente a questão da política de abastecimento e a reforma agrária. Em outras palavras, a experiência da “luta contra a carestia” contribuiu para a delimitação teórica de um discurso sindical desenvolvimentista diferente de outros tipos mais consagrados pela literatura como os discursos sindicais anarquistas, liberais ou socialdemocratas.

Palavras chave: sindicalismo, desenvolvimentismo, movimento operário

O problema do desenvolvimentismo no movimento sindical

O presente trabalho constitui um primeiro resultado de uma pesquisa de doutorado em andamento, intitulado *Os trabalhadores e a ideologia desenvolvimentista*, sob a orientação de Adalberto Cardoso (IESP-UERJ). O objetivo mais geral da tese é investigar de que modo o desenvolvimentismo pôde ser reinterpretado pelo movimento sindical de modo a se constituir em uma forma específica de construção ideológica de problemas sociais vividos pela classe trabalhadora e, assim, participar do repertório de ação coletiva. Para tanto, optou-se como recorte histórico da fase democrática que precedeu o golpe militar (anos 1945-64). Este período é considerado por grande parte da literatura como auge do desenvolvimentismo no conjunto do debate público, vindo a formar um verdadeiro espírito de época. Também foi um período relativamente aberto para a expressão pública

dos sindicatos, favorecendo o registro documental. Deste modo, a análise deste período permite a comparação histórica e o melhor entendimento do sindicalismo atual na América Latina em que o temário desenvolvimentista retorna à cena pública com certo vigor.

De modo sintético, entendemos como desenvolvimentismo toda problemática que envolve o crescimento econômico de um país por via de uma mudança estrutural planejada pelo Estado. A partir dos anos 1930 no Brasil o Estado passa ter por eixo a superação do “atraso econômica” e a mudança da estrutura econômica significava a passagem de uma economia primário-exportadora para urbano industrial, no período em análise a indústria já se caracterizava como o setor mais dinâmico da economia. A mudança estrutural então passava pela diversificação do parque industrial na forma da implementação de setores de produção de bens de capitais e de consumo duráveis.

Por mais que o discurso estatal ao longo de todo o período buscase envolver os trabalhadores nas conquistas da industrialização – principalmente por meio da incorporação da força de trabalho em empregos formalizados pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 – as possibilidades de ganhos concretos sempre foi questionada pela literatura sociológica. As condições de vida da classe operária durante o processo de industrialização encontravam-se condicionados a uma dura luta pela implementação da legislação recém-criada, assim como a luta para impedir que os salários fossem demasiadamente defasados pelo processo inflacionário inerente aos projetos desenvolvimentistas em vigor.

Essas duras condições de vida foram muitas vezes interpretadas tanto pela sociologia como pela historiografia do período como uma prova de incompatibilidade da ideologia desenvolvimentista como os “interesses de classe” do operariado. Desta forma, os momentos em que os sindicatos defenderam a industrialização foram posteriormente reinterpretados por diversos estudiosos como momentos em que os sindicatos distanciaram-se das classes. Inversamente, momentos de intensa reivindicação salarial como forma fazer frente à inflação foram interpretados como um distanciamento ideológico do desenvolvimentismo.

Para apresentar uma interpretação alternativa da relação entre o movimento sindical e o desenvolvimentismo, propomos desviar a análise da classe operária de seu *locus* privilegiado, a saber, a questão salarial. Classicamente este é o modo como a “questão social” é pensada no quadro de ideologias liberais – livre negociação da venda da força de trabalho – ou socialdemocrata – criação de direitos sociais que fortaleçam e complementem o salário. Por meio de uma investigação dos jornais sindicais presentes no arquivo de memória operária Edgard Leuerenroth¹ (AEL) e estudos recentes de História Social do Trabalho, pretendemos mostrar que a chamada luta contra a carestia foi uma possibilidade concreta de traduzir problemas das condições de vida das classes trabalhadoras nos termos da mudança estrutural planejada pelo Estado, permitindo um modo específico de linha sindical, ou seja, um desenvolvimentismo sindical.

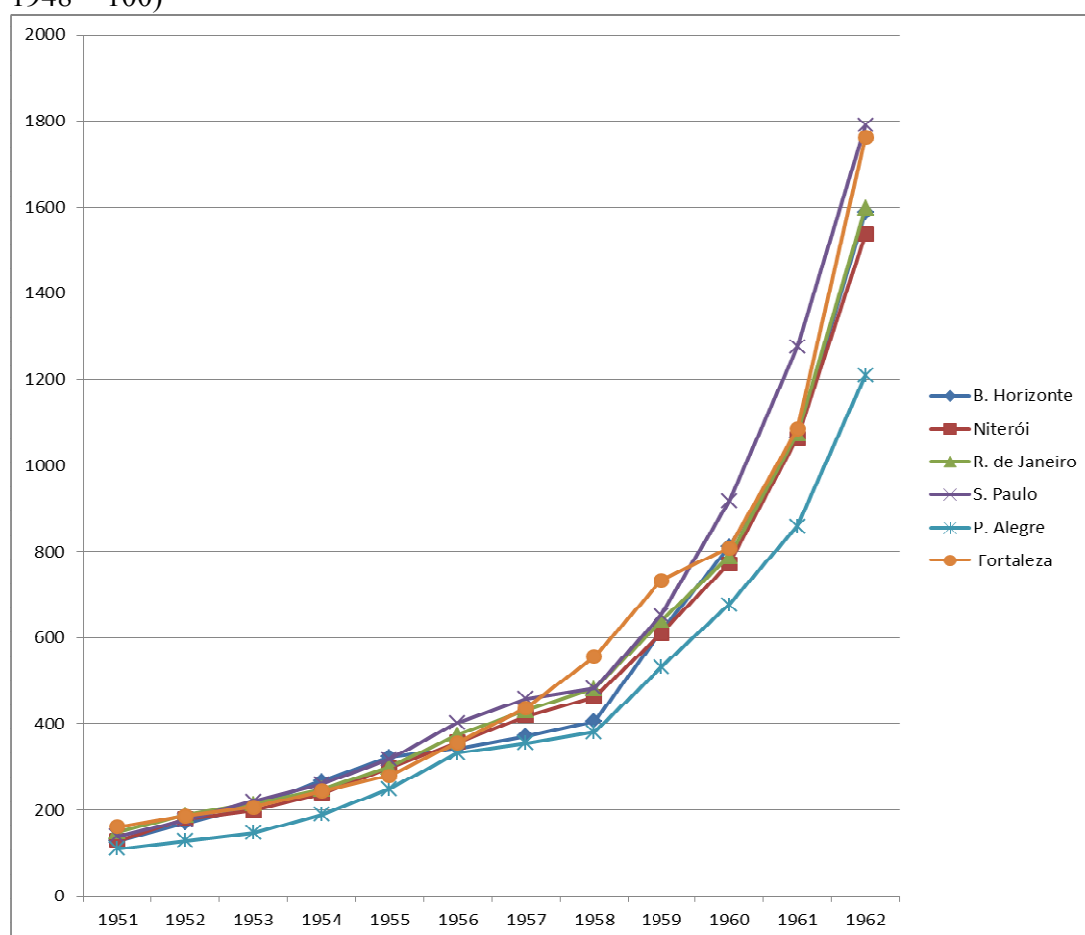
Luta contra a Carestia

Problemas de abastecimento são antigos no Brasil, pois são característicos de formações sociais coloniais cuja produção de subsistência prévia é destruída e a mobilização de atividades primário-exportadoras – muitas delas agrícolas – é priorizada em detrimento da reprodução da força de trabalho.

¹ Dos periódicos sindicais presentes no instituto, foram selecionados 6 coleções pela periodicidade no período em questão: O Metalúrgico (M), do Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Mecânico e do Material Elétrico de São Paulo ; A Voz da Construção Civil (VCC), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo; O Trilho (T), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo; O Ferroviário em Marcha (FM), Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Folha Bancária (FB), do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo; A Bússola (B), do Sindicato Nacional dos Aeroviários; e o Trabalhador Gráfico (TG), da União dos Trabalhadores Gráficos.

Um processo de intensa urbanização impulsionada pela dinâmica industrial como o ocorrido ao longo do século XX vinha, portanto, a agravar problemas de abastecimento preexistentes, uma vez que a produção de alimentos e sua distribuição não tiveram condições de acompanhar os demais setores econômicos. No período histórico por nós abordado, a década de 1950, a cidade do Rio de Janeiro passou de mais de 2,3 milhões de habitantes para mais de 3,3 milhões; São Paulo de mais de 2,1 milhões para mais de 3,8 milhões (Lanna Jr., 1992, p. 35). Logo, não é de se estranhar que a questão do abastecimento, popularmente conhecido como a carestia do custo de vida e até mesmo a escassez de alimentos fosse um dos principais problemas vividos pela população metropolitana. No gráfico abaixo é possível observar a escalada de preços dos alimentos ao longo do período, além de apontar dois momentos de inflexão: um 1958; em seguida, outro em 1960.

Gráfico: Evolução dos Índices do Custo da Alimentação Observado nas Capitais – (Média do Brasil em 1948 = 100)



Notas: Em 1962, o cálculo foi apenas para o primeiro semestre.

Fonte: IBGE. Elaboração: (Lanna Jr., 1992, p. 97)

Um dos principais motivos da elevação do preço dos alimentos pagos pelos consumidores finais era o custo da intermediação. Este problema tornava-se cada vez mais grave nas metrópoles em formação à medida que a agricultura distanciava-se geograficamente do consumidor final. No Rio de Janeiro, por exemplo, a partir dos anos 1930 a produção de alimentos deslocava-se da Baixada para o Vale do Paraíba (Linhares & Silva, 1979, p. 152). Dos elementos do custo da intermediação pode-se desde já salientar a questão dos combustíveis e da qualidade das estradas, uma vez que o transporte era

prioritariamente rodoviário e o petróleo era importado. Porém, o principal problema era o monopólio comercial, responsável desde o financiamento dos produtores, em seguida o transporte, armazenamento, até a comercialização dos produtos finais. Não é a toa que muito empresários brasileiros começaram pela acumulação de capital em companhias atacadistas (Baer, 1977, p. 109). Para ter uma noção dos lucros de intermediação, voltemos ao caso da região metropolitana do Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara): entre 1950 e 1963; os preços dos produtos pagos aos produtores de alimentos cresceram 19 vezes, enquanto o item alimentação do custo de vida urbano cresceu 27 vezes (Ibidem, p. 137). Cabe, por fim, ressaltar o problema do comércio exterior, o Brasil era importador de trigo, o que tornava o preço desse item sensível à existência e eficácia variável do subsídio governamental; além do mais, o país sempre foi exportador de carne, o que significa uma sobrevivência “colonial” de prioridade da exportação em detrimento da reprodução da força de trabalho.

Por mais antigas que fossem as iniciativas estatais em torno desta questão, a política elaborada pelo Estado Novo será nosso marco inicial de análise por ser o primeiro grande esforço de planejamento. A II Guerra Mundial pode ser considerada a culminância das tentativas de centralização política do regime, quando se formou a Comissão de Mobilização Econômica (CME) – em 1942. O quadro era de restrição de financiamento externo e de importações, e a resposta estatal foi o congelamento de todos os preços da economia e o reajuste salarial. Dentre os preços, estava incluso o tabelamento de itens importantes do consumo dos trabalhadores, como o custo de alimentos e aluguéis. Tal intervenção deixou marcas importantes na memória dos trabalhadores, pois possibilitou a crença de que uma intervenção enérgica de congelamento de preços resolveria o processo inflacionário. Contraditoriamente, após o reajuste de 1942 o salário também permaneceu congelado e os trabalhadores encontraram-se impedidos de reivindicar aumentos, pois alguns dispositivos da mobilização militar equiparavam formas de resistência operária à deserção militar². Porém, o discurso governamental era de que o sacrifício da restrição salarial era uma imposição da guerra; posteriormente haveria um crescimento econômico do qual os trabalhadores poderiam se beneficiar uma vez que dispunham de uma legislação social “outorgada” por Getúlio Vargas³.

O órgão responsável pela questão do abastecimento era a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP), instituída por Vargas em 1952. Segundo a avaliação do governo à época, a elevação do custo dos alimentos era determinada pela especulação de intermediários entre a produção e o consumo; logo, o combate a esta especulação era a base de legitimidade da intervenção pública na comercialização dos produtos. A COFAP era uma autarquia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, organizada por uma plenária, uma presidência e por órgãos técnicos e administrativos. A presidência da autarquia era nomeada pelo Presidente da República. A plenária era composta por representantes da produção, do comércio e dos consumidores. Em cada unidade da federação formou-

² Isto fez com que os industriais se beneficiassem da repressão a resistência operária ampliando o número de horas trabalhadas como aponta os estudos de José L. Lopes (1988, pp. 318–9); Stanley Stein (1979, pp. 261–2); e Joel Wolfe (1993, pp. 97–100).

³ Para este ponto, conferir o excelente tópico “A natureza do getulismo popular”, do livro *O ABC dos operários*, de John French (1995, pp. 126–29). Encontra-se no tópico o seguinte trecho: “...dentro do contexto do tempo da guerra, os problemas correntes dos operários – dificuldades econômicas, alto custo de vida, empregadores arbitrários e autoridade governamental repressiva – revestiram-se de significado mais amplo e potencialmente político. A Segunda Guerra Mundial foi vendida aos povos do mundo como uma guerra “democrática” em que a derrota sobre uma ameaça comum exigia a o sacrifício de todos – mesmo que a carga fosse distribuída de maneira evidentemente desigual, como no Brasil. A recompensa para os operários viria – assim esperavam eles – com o fim da guerra, interpretação essa promovida e estimulada pelas promessas de governo do tempo da guerra. Se as medidas tomadas por Getúlio ainda eram insuficientes, os operários as recebiam como um adiantamento de boa fé sobre o que lhes era devido depois que se conseguisse a vitória” (p. 127-8).

se Comissões de Abastecimento e Preços (COAPs) subordinados ao órgão federal (Lanna Jr., 1992, pp. 102–9).

A princípio é possível afirmar que a COFAP seguia estritamente o princípio corporativista de organização política na forma de uma plenária tripartite – Estado, comerciantes-produtores e consumidores – o que fez com que os pesquisadores que se dedicaram ao instituto o vinculassem a teoria do Estado populista (Ibidem, pp. 152-55; e Pereira Neto, 2006). É possível notar igualmente herança da mobilização militar uma vez constatada a considerável presença de militares nos cargos de chefia⁴. A particularidade do órgão estaria no fato de que os trabalhadores teriam sua participação não enquanto trabalhadores, porém na forma mais difusa de consumidores. A atuação sindical seria apenas na forma de cooperativas de consumo previstas na CLT. Porém, na medida em que crescia o movimento sindical, os trabalhadores buscaram construir um controle mais direto sobre o órgão.

Um movimento recente da historiografia vem analisando a luta contra a carestia nos anos 1950 com o objetivo de refutar duas teses mais tradicionais: a de que o movimento operário estava incorporado ao sindicalismo estatal de natureza populista; e que o auge desta incorporação seria a suposta estabilidade do Governo de Juscelino Kubitschek. Dos autores que tratam dessa questão⁵ tomaremos por base o trabalho de Murilo Pereira Neto (2006) e Rafael Ioris (2009). Em sua investigação sobre a atuação política dos sindicatos dos metalúrgicos e dos têxteis de São Paulo na virada dos anos 1950-60, Pereira Neto oferece bases para o entendimento das formas com que os sindicatos tentaram controlar a COFAP e as COAPs. A primeira constituiu na entrega de memoriais, petições e telegramas exigindo do estado a efetivação da fiscalização dos preços. Os sindicatos até mesmo propuseram tabelas com índices de “preços justos” para os itens de primeira necessidade. O autor constatou casos desse tipo de intervenção política até a metade da década de 1950 e relacionou à memória de que os operários tinham do congelamento realizado por Vargas durante a guerra (Pereira Neto, 2006, pp. 201–2). A partir de meados da década de 1950, os sindicatos constituíram uma segunda forma de intervenção: tentaram influir na composição dos órgãos, ora destituindo os membros que não realizavam a fiscalização conforme o desejado pelos sindicatos, ora tentando nomear sindicalistas para a direção. Foi o caso da ameaça de uma greve geral contra a carestia marcada pelo Pacto de Unidade Intersindical para 20 de julho de 1956. Por considerarmos que a atuação da intersindical correspondeu a um nível mais intenso de mobilizações nos aprofundaremos sobre a questão.

Bastante identificado com a linha de investigação aberta por Edward Thompson (1998), Pereira Netos chega a utilizar o conceito de “economia moral” popular para o entendimento de um padrão de justiça peculiar entre os operários ao refletirem sobre o “preço justo” dos alimentos. Consideramos importantes as contribuições do autor para nosso estudo por contextualizar a atuação política sindical em uma “atmosfera” de revolta popular que se traduziu em diversos motins e demonstrar como os sindicatos, ao tentar dar uma conformação institucional ao sentimento generalizado de revolta, reinventavam o discurso Varguista de intervenção estatal, oferecendo bases de maior legitimidade para o controle dos preços⁶. Porém, buscaremos demonstrar que tal intento avançava mais do que na forma difusa de um sentimento de justiça. A luta contra carestia foi um dos elementos que permitiu aos trabalhadores pensarem um projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil.

⁴ Dos dez presidentes da COFAP, seis foram militares (Lanna Jr., 1992, p. 103).

⁵ A lista tese dissertações permite obter uma boa noção da amplitude nacional desta luta. Ordenamos os trabalhos coligidos pela metrópole pesquisada: Fortaleza (B. C. Santos, 2009); Salvador (Freitas, 1985); e Porto Alegre (Fortes, 2004; J. M. P. dos Santos, 2002).

⁶ “Temos, portanto, nos anos 50, um complexo de ideias das classes populares – sustentadas por suas próprias experiências com a escassez ou alto custo de alimentos, por ‘tradições inventadas’ e por reinterpretações de ações e gestos dos agentes do poder público – que definia, na contramão da economia de mercado, parâmetros de uma ‘economia moral’ popular. O valor básico deste complexo de ideias se referia à prioridade do abastecimento das famílias e à imoralidade dos ‘lucros escorchantes’, da sonegação de gêneros, do enriquecimento a todo custo” (Pereira Neto, 2006, p. 199).

Em maior consonância com nossa pesquisa está a tese de Rafael Ioris. Na busca de identificar a diversidade dos significados (*meanings*) do desenvolvimentismo no período JK, Ioris analisa a atuação sindical do período, concentrando-se em materiais empíricos coletados do sindicalismo metalúrgico do Rio de Janeiro e São Paulo. No que diz respeito, ao problema da carestia, foi possível ao autor dividir em duas categorias gerais as soluções apontadas pelos sindicatos: imediatas e estruturais. As soluções imediatas corresponderam à luta pelo aumento salarial que ocorreu ao longo do interregno democrático de 1945-64, assim como o congelamento dos preços igualmente tratado por Pereira Neto. No que diz respeito às soluções estruturais, o autor identifica a construção de uma visão de desenvolvimento alternativa à implementada pelo governo JK, na forma de um Estado mais intervencionista na implementação de uma infraestrutura para o desenvolvimento e de uma reforma agrária (Ioris, 2009, p. 210).

No espaço limitado deste trabalho não abordaremos as propostas sindicais de construção de uma infraestrutura estatal para industrialização por tocar em questões cotidianas dos operários que vão bastante além do problema da carestia. Também ficará de fora uma proposta original de, a partir do material por nós coletado, estabelecer uma evolução histórica das formulações sindicais, das soluções imediatas para as soluções estruturais – preservada a classificação de Ioris. Centramos nossa análise no final da década de 1950 onde houve a presença balanceada dos dois tipos de soluções.

Nos anos 1950, a principal organização empenhada no combate carestia foi o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Criado por ocasião da greve dos 300 mil – em 1953 –, ficou conhecida pelo o esforço de unificação das lutas dos principais sindicatos de São Paulo; portanto, um dos embriões de Central Sindical anteriores ao golpe de 1964. Em fevereiro de 1957, a entidade organizou a “Convenção Popular de Combate à Carestia”, com a participação de Conselhos Distritais, entidades femininas, sociedades de amigos de bairros, sindicatos e parlamentares. Nesta convenção foi elaborado o “Programa de Combate à Carestia”, apresentado na forma de um manifesto. Entre as “medidas imediatas” constavam o aumento dos salários e o congelamento dos preços. A novidade estava nas “medidas de longo prazo” que incluíam: estímulo à produção agrícola, melhoria nos sistemas de armazenamento e distribuição com uma participação estatal mais efetiva, maior participação popular nos órgãos responsáveis pelo controle de preços e abastecimento, reforma agrária, livre comércio internacional com todos os países do mundo e estímulo ao mercado interno (Ibidem, p. 224-5). É possível afirmar que esta Convenção teve grande importância na construção dos laços do movimento sindical com os movimentos de bairro, como prova o apoio dado pela Federação de Sociedades de Amigos de Bairros (FESAB) à greve dos 400 mil realizado no mesmo ano (Idem, p. 176) e a construção da “Unidade Operária-Estudantil” (Ibidem, p. 176).

Os dirigentes do pacto realizaram um grande esforço de influir no controle dos preços por meio da destituição e nomeação de membros da COFAP e das COAPs.

Todos sabemos que o congelamento dos preços é fator essencial na luta contra a carestia e a inflação. Por isso, o pacto concentra sua luta no congelamento. Na concentração realizada a 5-7-56 defronte à Assembleia Legislativa, na qual havíamos dado prazo até 15-7 para a decretação do salário mínimo, foi também solicitado do governo que tomasse medidas para o congelamento dos gêneros de primeira necessidade...

...[O Ministro do Trabalho] comprometeu-se a nomear fiscais indicados pelos sindicatos e Federações para a observância dos preços;...(FB 167, jul-1956)

No entanto, aos poucos na segunda metade da década de 1950, diante de planejamentos frustrados dos órgãos de abastecimento, já é possível notar uma diminuição da crença nas possibilidades do governo de controlar os preços. Os sindicatos passaram a considerar mais seriamente

a complexidade de sua luta. A edição do mês de 1957 do Trabalhador Gráfico apresentou um balanço da grande greve de 1957 realizado por Antonio Moreno:

A grandiosidade e vitória da greve são incontestáveis. Entretanto nossa luta não cessou. Dispusemo-nos a lutar por aumento dos salários e contra carestia. Concretamente, o que atingimos foi um certo aumento em nossos salários para podermos enfrentar a constante elevação do custo de vida...

A luta contra a carestia, não ignoramos, é muito mais profunda que a princípio nos parece. Se a grande greve tocou na conjuntura econômica, abalou a administração pública, fez surgir toda uma situação nova, a luta contra a carestia em face do regime em que vivemos terá mais profundas repercussões ainda.

A luta contra a carestia é vasta e ampla. Vai desde o produtor ao consumidor, passando pela manutenção do Estado os impostos, taxas e tarifas. Não podemos ignorar ser a uma luta complexa e que envolve toda uma série numerosa de questões como; reforma agrária, indústria nacional e seu desenvolvimento, comércio com todos os países do mundo, redução dos orçamentos improdutos, redução e anulação de impostos diretos e indiretos, etc. Assim toda uma série de assuntos e questões devem ser abordadas por um combate efetivo à carestia. (TG 237, 1957)

Em 30 de outubro de 1958, ocorreu um motim contra o aumento das tarifas de ônibus (42%) e dos bondes (100%). O tumulto resultou na morte de quatro pessoas e no ferimento de cinquenta. No mesmo dia, à noite realizou-se um comício, seguido de uma assembleia, ambos organizados pela UEE e a PUI. Da assembleia foi organizado um manifesto conjunto protestando contra o aumento do custo de vida (Pereira Neto, 2006, p. 175). Nove dias depois, ocorreu outra assembleia, onde foi deliberada a realização da “marcha da fome” na capital federal (Rio de Janeiro) no dia 28 de novembro de 1959. A organização da passeata obteve grande adesão popular com realização de assembleias, comícios, abaixo-assinados, em diversos sindicatos, grêmios estudantis e sociedades femininas e de bairro.

Estava prevista a participação de 300 líderes sindicais, 300 representantes de associações de bairro e 50 representantes da Federação de Mulheres. Para impedir a realização de tal evento, o presidente JK, convocou Samuel Wainer – diretor-proprietário do Jornal Última Hora – para conversar com a liderança da PUI. A missão de Wainer era de comunicar que o movimento poderia “estar estimulando uma crise que talvez resultasse na queda de Juscelino”; o exército usaria da força para impedir a marcha; e o jornal Última Hora iniciaria uma campanha contra o movimento, denunciando os sindicalistas como “agentes provocadores” e os responsabilizando por qualquer morte que ocorresse. Em abril, a marcha foi adiada pela PUI, para posteriormente ser cancelada. A decisão resultou em diversas críticas por parte da UEE e da FESAB e é possível que tenha sido uma das causas da própria dissolução da PUI que ocorreu no mesmo ano (Idem, p. 182). Finalizamos a narração com a análise de Pereira Neto:

A ameaça à ordem – social e simbólica – representada pela “marcha da Fome” pode ser compreendida se refletirmos sobre a natureza dos movimentos contra a carestia. Um sindicato ou mesmo uma comissão de fábrica poderia obter um reajuste salarial. Uma associação de moradores, a construção de um pontilhão junto à Prefeitura. Mas como reduzir os preços dos transportes, gêneros alimentícios e roupas? Seria possível deixar de consumir, boicotar algum comerciante ou organizar uma cooperativa. Mas medidas para melhorar as

condições gerais de abastecimento e consumo estavam fora do alcance de ações pontuais e imediatas. (Pereira Neto, 2006, p. 238)

O Cancelamento da Marcha da Fome, do mesmo modo que demonstra o poder da luta da carestia em colocar em cheque a política econômica vigente, demonstra também a fragilidade política e ideológica do movimento sindical de se colocar contra o governo. A pauta do congelamento dos preços foi atendida de modo limitado⁷, porém para que fosse contemplada de modo efetivo era preciso intervir mais profundamente nas condições econômicas e políticas do Brasil. Para isso, teria sido necessário um movimento mais amplo do ponto de vistas das massas mobilizadas e do escopo político. Do ponto de vista das massas, um passo importante foi dado com a integração do movimento sindical com outros movimentos. Do ponto de vista do escopo da luta, daremos continuidade a investigações dos periódicos sindicais.

No final da década de 1950 já havia avaliações da política econômica dos Governos e sua relação com a inflação o que pode se observar na pauta elaborado em uma coluna assinada por de Eugênio Chemp:

Relações com todos os países, limitação da exportação de lucros, medidas de reforma agrária, participação nos organismos deliberativos de preços (COAPs, COFAPs e COMAPs) dos representantes de diversas camadas populares, inclusive dos trabalhadores, e acompanhado de medidas internas, como substituição dos elementos entreguistas como Lucas Lopes, Garrido Torres e Roberto Campos, revogando a e denunciando ao mesmo tempo leis, portarias e acordos lesivos aos interesses nacionais e ao desenvolvimento econômico do país.

Estas medidas acompanhada, no plano interno, de meios no sentido de solucionar os problemas de transporte, abastecimento, financiamento e a defesa da lavoura e da indústria nacional, contra a concorrência desleal dos grandes trustes e monopólios principalmente Norte-Americanos, permitiria um desabafo e a possibilidade de minorar a carestia, hoje flagelo número um do povo brasileiro. (M 178, mar-1959)

O Ministro da Fazenda Lucas Lopes, do Gabinete de JK, seria bastante citado nos jornais pesquisados. Isto se deve a sua política de contenção salarial e a política de desvalorização cambial – cujo lema era “exportar a todo custo” – como forma de contrabalançar a crise na Balança de Pagamentos que se agudizava no final do período do Plano de Metas. As avaliações dos sindicatos sobre o efeito inflacionário já revelam a influência das análises de caráter estruturalista do Departamento Intersindical e de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Mas o custo de vida não se eleva nem se elevará apenas através do aumento dos preços dos artigos importados. Também o será através de artigos a serem exportados. Com efeito, é certo que se exportará artigos essenciais ao consumo interno...

...Os mencionados aumentos dos preços (...) forçarão uma redução das quantidades consumidas, sendo que a maioria deles já apresentam reduzidos índices de consumo “per capita” (...) medidas dessa ordem são tomadas com

⁷ O movimento reivindicava inclusive que o exército assumisse a fiscalização dos preços. Em 21 de novembro de 1958, governo assumiu o compromisso de incluir trinta itens no congelamento; em dezembro, diminuir para doze; e, em janeiro do ano seguinte, restou oito (Pereira Neto, 2006, p. 209).

deliberação e se ligam diretamente à concepção que tem da inflação os mencionados economistas ortodoxos, que consideram a inflação como decorrente de um excesso da procura...

...Com efeito, elas [as medidas] não levam em conta as condições da estrutura da nossa economia e, paradoxalmente, ao pretender estabilizar os preços provocarão seu brusco incremento. (...) faltam pelo menos até agora, medidas complementares que deem à política econômica do governo, um plano harmônico de conjunto e com objetivos a longo prazo de sanar nossas falhas institucionais (Colaboração com o DIEESE, M 199, abr-mai-1961).

Em um discurso na Câmara Municipal do vereador e dirigente sindical João Louzada, transcrito na *Voz da Construção Civil*, é possível ver que avançava a interpretação de que a inflação deveria ir além da questão conjuntural de congelamento dos preços. Deveria ser enquadrada em um projeto econômico alternativo, pois, de outro modo, o desenvolvimento se daria “às custas das massas trabalhadoras”.

Não se pense, porém que a omissão diante da fúria de congelamento de preços e da elevação do custo de vida em geral seja simples falha do Governo. Trata-se, ao contrário, de uma política contra o povo, preconizada pelos que o desenvolvimento econômico do país às custas das massas trabalhadoras. Esta tese de que os recursos para os investimentos devem resultar de uma exploração crescente das massas acha-se exposta com toda clareza no número último da revista *Desenvolvimento e Conjuntura da Confederação Nacional da Indústria*, em comentário sobre o Plano de Estabilização Monetário do Senhor Lucas Lopes...

Diz a mencionada revista que como toda poupança é oriunda das classes superiores, capitalistas, é preciso aumentar os rendimentos destas, o que se consegue através da inflação, que faz subir os preços, baixar os salários reais, aumentando assim os lucros.

Aos recursos assim conseguidos chama de "poupança monetária forçada". Referindo-se ao caminho fácil escolhido para o desenvolvimento da nossa economia... (VCC 23, mar-1959)

O enquadramento da luta contra a carestia dentro da dinâmica brasileira fez com que o movimento sindical reivindicasse uma intervenção do Estado cada vez maior na produção de alimento. A reivindicação por congelamento de preços ainda se manteve ao longo da década de 1960, porém a novidade da virada da década de 1950-60 foi a vinculação da luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária.

Em todo o período considerado, a questão agrária esteve presente nas pautas sindicais nas formas de combate ao atraso/feudalismo, solidariedade ao trabalhador camponês e/ou extensão da CLT ao campo. O que estamos considerando “vinculação” da luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária, consiste em pensar esta última como meio de resolução da primeira. Isto pode ser observado, por exemplo, na construção de pautas de congressos sindicais, no II Congresso Nacional dos Metalúrgicos, ocasião em que a reforma agrária encontrava-se inserida dentro do ponto:

- 8) Contenção e barateamento e estabilização do custo de vida
 - a) - Reforma agrária:

- que se desenvolvam esforços, no sentido de obter a aprovação pelo Parlamento Nacional, dos projetos de lei sobre a reforma agrária, como um dos meios de luta contra o aumento do custo de vida, eis que a distribuição da terra contribuirá para o aumento da produção, principalmente da agricultura de subsistência.

(...)

c) - Cultivo de Terras:

- que se lute por uma lei obrigando as grandes empresas industriais a plantar gêneros de primeira necessidade nas terras de sua propriedade até que venha a reforma agrária. (M 180, mai-1959)

O mesmo ocorre no I Congresso Brasileiro de Trabalhadores nas Indústrias de Construção civil e do Mobiliário. A reforma agrária estava embutida no subtópico "barateamento do custo de vida" que, por sua vez, está dentro de "Dos problemas do trabalho e da previdência social" (VCC 24, jul-1959).

A vinculação torna-se mais forte com o crescimento do movimento pelas reformas de base, nos anos 1960. Com é bem sabido, a reforma agrária seria em muitos momentos como a principal dentre as muitas reformas reivindicadas pela classe trabalhadora. Para os fins da presente análise, cabe apenas assinalar como a solidariedade aos trabalhadores camponeses passa a ser acompanhados de problemas operários:

Para começar o povo exige: Reforma Agrária Radical, confiscando a terra dos grandes latifundiários (...) e fazendo a divisão para famílias camponesas sem terra (...) para que esta medida possa possibilitar mais alimentos, liquidação do desemprego, com a criação de um novo mercado interno no campo, que possa absorver a produção industrial. (Luiz Caram, M 212, ago-set-1962)

Realizando a reforma agrária, (...) os camponeses não mais abandonarão o campo, deixando de serem concorrentes dos operários na mão de obra industrial. Produzindo mais e da melhor qualidade, pois trabalharão em suas próprias terras, os camponeses ganharão mais e terão necessidade de adquirirem produtos manufaturados pelos industriais para darem maior conforto aos seus.

...com a realização da reforma agrária, além de haver fartura de gêneros alimentícios, aumentará o poder aquisitivo do povo. Com o aumento do comércio interno, haverá efetivamente a necessidade de um maior número de mão de obra para as indústrias, terminando de vez com o desemprego e aumentando o poder aquisitivo da classe operária. (M 214, ago-set-1963)

Nas duas citações é possível identificar a preocupação com o abastecimento. Também já se torna evidente o problema do desemprego que assolou a década de 1960. Deste modo, uma intervenção política significaria a solução de vários problemas: abastecimento, estagnação da produção, migração mais acelerada que a indústria. Estabeleceu-se assim o modo com que a reforma agrária consolidou-se como um problema operário independente de ser um ideal para as outras classes.

Continuidade do desenvolvimento de qual vertente?

A Reforma Agrária como possibilidade de continuação do desenvolvimento ganhou centralidade no debate público no início da década de 1960 com a companhia das Reformas de Base assumidas tanto pelo Executivo Federal, quanto pelo movimento sindical em seu maior esforço de

construção de uma central, o Comando Geral dos Trabalhadores. Embora não trataremos neste trabalho deste momento histórico, o período que abordamos é central para entender que a Luta pela Carestia foi uma das vias possíveis de integração de uma pauta operária, a elevação do custo de vida, com uma pauta claramente desenvolvimentista, Reforma Agrária como requisito para a continuidade da industrialização. Desta forma, foi um momento decisivo na construção de uma vertente ou projeto alternativo especificamente sindical do desenvolvimentismo.

É relativamente consensual no debate econômico que não houve exatamente uma rigidez da oferta agrícola, embora tenha havido sim um descompasso entre indústria e agricultura que se acentuou nos anos 1960. A taxa de crescimento da agricultura foi ligeiramente superior à taxa de crescimento da população durante os anos 1950, ambos em torno dos 3%, porém inferior ao aumento da população urbana que foi de 5,4%. Isto permite atribuir influência de escassez de oferta principalmente na pecuária cujos itens puxaram a média da taxa de crescimento da produção de alimentos para baixo. O descompasso entre os setores fica mais evidenciado quando se destaca o baixo índice de produtividade mensurado tanto na forma de rendimento por hectare como no uso de insumos e maquinários necessários para uma agricultura intensiva. O crescimento da agricultura se deu pela ampla “disponibilidade” de terras cultiváveis no Brasil, ou seja, pelo prolongamento da fronteira agrícola. Este ponto efetivamente conecta, como já vimos, o problema da produção com da intermediação uma vez que a maior distância da produção traz consigo problema da infraestrutura dos transporte e do caráter monopolístico do abastecimento.

Contudo, o grande ponto de discórdia quando se trata de relacionar o problema do abastecimento, não somente com a produção agrícola, mas especificamente com a Reforma Agrária, está em argumentar que a estrutura fundiária é a causa da baixa produtividade. Ao vincular a luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária, o movimento sindical estava assumindo no debate público mais geral uma posição em controvérsia no pensamento econômico *stricto sensu*. No levantamento da discussão do abastecimento na década de 1950 realizado por Linhares e Silva (1979, p. 148) foi possível identificar uma aproximação do pensamento de Alberto Passos Guimarães, celebre membro do PCB, com a revista Desenvolvimento e Conjuntura, da Confederação Nacional da Indústria, no que diz respeito ao argumento de que a concentração fundiária e a baixa produtividade agrícola provocavam a inflação dos alimentos. No entanto, outras fontes como a revista Observatório Econômico Financeiro; a revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, e a Comissão Mista Brasil-EUA apontavam para o progressivo aumento da produtividade agrícola, o que contribuía para retirar a produção agrícola dentre as causas da inflação em prol da política monetária.

Sempre foi possível também argumentar que a baixa produtividade da agricultura pôde ser atribuída à falta de planejamentos específicos para este setor⁸. Esta linha de argumentação que veio a predominar após o golpe de 1964 foi empiricamente confirmada com as políticas de fomento a produtividade agrícola sem alteração substantiva da estrutura fundiária. Desta forma, a estrutura fundiária não foi nem um empecilho para a produtividade agrícola nem para a continuidade da industrialização.

Para concluirmos, gostaríamos de argumentar que o debate atual menos apaixonado e, em alguns sentidos, mais informado está fora do dilema em que muitos atores políticos suscitavam: reforma agrária não é condição para *qualquer* desenvolvimento econômico. Contudo, ainda restam muitos dilemas, uma vez que não houve/há apenas um caminho para o desenvolvimento. Não constitui tarefa inútil pensar contrafactualmente que outro caminho seria produzido pela reforma agrária. A reforma agrária poderia muito bem contribuir efetiva para a construção ideológica realizada pelo movimento sindical: uma abundância de produtos agrícolas, a diminuição do setor de alimentos da

⁸ “As metas [do Plano de Metas] referentes à alimentação não se constituíam, como pode parecer à primeira vista, num programa agrícola. Não se perseguia diretamente a ampliação da produção agrícola, não ser para o trigo que, alias, diga-se de passagem, fracassou totalmente” (Lessa, 1983, p. 54).

inflação; uma taxa de urbanização menor. Para os fins específicos deste trabalho, passa ser relevante entender os mecanismos de incorporação da ideologia desenvolvimentista no que diz respeito a questões da reprodução da força de trabalho para entender comparativamente de que modo o desenvolvimentismo foi incorporados em outros países e momentos históricos.

Bibliografia

- Baer, W. (1977). *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.
- Fortes, A. (2004). *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense ea era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Freitas, M. T. M. G. de. (1985). *Populismo e carestia 1951-1954* (Dissertação de Mestrado). UFBA, Salvador. Retrieved from http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Populismo%20e%20Carestia%20-%20Mirian%20Freitas.pdf
- French, J. D. (1995). *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Editora Hucitec.
- Ioris, R. (2009). *Industrial Promotion and Political Instability: “Fifty Years in Five” and the Meanings of National Development in 1950s Brazil* (Doctor of Philosophy in History). Faculty of the Graduate School of Emory University. Retrieved from https://etd.library.emory.edu/file/view/pid/emory.../ioris_dissertation.pdf
- Lanna Jr., M. C. M. (1992). *Abastecimento e Instabilidade política no Brasil, 1952-1962* (Dissertação de Mestrado). UFF, Niterói.
- Lessa, C. (1983). *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense.
- Linhares, M. Y. L., & Silva, F. C. T. da. (1979). *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri Edições.
- Lopes, J. S. L. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés.”* São Paulo: Marco Zero Universidade de Brasília.
- Pereira Neto, M. L. (2006). *A Reinvenção do Trabalhismo no “Vulcão do Inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)* (Tese de Doutorado). USP.
- Santos, B. C. (2009). *“Trabalhadores cearenses, uni-vos”: o Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)* (Dissertação de Mestrado). UFCE: Departamento de História, Fortaleza. Retrieved from <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/handle/123456789/2836>
- Santos, J. M. P. dos. (2002). *Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos 1958 a 1963* (Dissertação de Mestrado). UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em História, Campinas. Retrieved from <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000266082>
- Stein, S. J. (1979). *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus.
- Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Wolfe, J. (1993). *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil’s industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press.

Fontes Primárias Citadas

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo. A Voz da Construção Civil, São Paulo.

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de S.P. O Trabalhador Gráfico, São Paulo.
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O Metalúrgico, São Paulo.
Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de São Paulo. Folha Bancária, São Paulo.